

INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMÉRCIO: BREVE ANÁLISE PARA A AMÉRICA LATINA (2004-2013)¹

José Luiz Pimenta JÚNIOR²
Laura Gonçalves BILBAO³

■ **RESUMO:** Na década de 2000, os países da América Latina experimentaram um período de crescimento econômico, associado a um processo de transformações sociais importantes na busca pela redução da pobreza. Neste contexto, o comércio exterior foi um dos fatores que contribuiu para o crescimento da região. Diante do exposto, pretende-se avaliar os fluxos comerciais e sua composição no período de 2004 a 2013. De maneira geral, o comércio exterior dos países latino-americanos se caracteriza pelo fornecimento de bens primários e consumo de produtos com alto conteúdo tecnológico. O desempenho deste comércio foi fortemente beneficiado pelo aumento dos preços das *commodities*, o que evidencia certa sensibilidade a eventos internacionais. Neste sentido, as mudanças do contexto internacional, sobretudo, após a crise financeira de 2008-2009, desafiam os governos latino-americanos a formularem políticas eficientes que garantam o crescimento econômico, bem como os avanços sociais alcançados na última década.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** América Latina. Comércio exterior. Políticas públicas.

¹ Texto desenvolvido a partir de pesquisa para apresentação realizada no Seminário Internacional “América do Sul em perspectiva: Brasil, Colômbia e Venezuela”, 2014, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). As informações e análises contidas neste artigo refletem exclusivamente as opiniões dos autores.

² ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo – SP – Brasil. 04018-010. josepimentajunior@gmail.com.

³ PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Analista de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil. 01311-923. laura.economia@yahoo.com.br.

Introdução

Deflagrada a crise financeira internacional de 2008, o mundo voltou-se à sabedoria chinesa, não exclusiva deste momento da história, mas disseminada como uma ferramenta retórica bem otimista. Na língua chinesa, a palavra “crise” foi bastante utilizada como um chamado à ação, devido ao entendimento de que tal termo representaria, ao mesmo tempo, perigo e oportunidade. Apesar das críticas a esta interpretação⁴, a integração econômica com o exterior pode ser vista pelos governos, formuladores de políticas públicas e setor privado dos países como desafios e oportunidades. Na América Latina, afastar-se deste processo não é uma alternativa. Nesse sentido, percebe-se a construção de um consenso sobre a necessidade de uma maior integração no plano intra e extrarregional. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL):

Uma integração das características regionais, portanto, parece mais apropriada para os sinais dos tempos e as demandas de mudança estrutural para a igualdade na América Latina. A convergência gradual entre a Aliança do Pacífico e do MERCOSUL poderia ser um catalisador fundamental neste processo (CEPAL, 2014b).

Apesar dos preços elevados para várias *commodities*, durante a maior parte dos anos de 2000, a participação da América Latina e Caribe nas exportações mundiais permanece estagnada entre 5% e 6%, desde o final da década de 1990. Esta região apresentou uma baixa inserção na “economia do conhecimento”, ainda que seus investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) tenham sido superiores aos de quase todos os países da região (exceto Brasil). Enquanto nestes países foram investidos em P&D valores inferiores a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), na América Latina e Caribe a média de investimentos foi de 0,83% do PIB regional, entre 2005 e 2010 (CEPAL, 2014a).

O comércio internacional tem se transformado e novas perspectivas têm surgido nas relações econômicas. Em meados dos anos de 2000, o mundo ingressou na era dos “mega-acordos” de comércio. Um exemplo destes foi a proposta de acordo de

⁴ Esta interpretação pode representar uma “percepção popular equivocada muito difundida”. Enquanto o ideograma *wēi* (危) significa aproximadamente perigo, risco, receio, o radical *jī* (机) não significa necessariamente oportunidade. O substantivo composto *jīhuì* (机会) significa oportunidade (MAIR, 2009).

amplas proporções entre Estados Unidos e União Europeia, o qual, se concretizado, poderá alterar profundamente a regulação do comércio internacional.⁵ Tanto os acordos comerciais de nova geração, estabelecidos ao longo da década passada, como as discussões em curso nos mega-acordos envolvem a definição de regras incrementais àquelas negociadas na Organização Mundial do Comércio (*WTO plus*), ou mesmo inexistentes nesta (*WTO extra*). Essas regras, por estarem relacionadas a diversos aspectos do comércio internacional⁶, podem afetar significativamente o setor industrial brasileiro e o de serviços, em particular aqueles exportadores.

Assim, a partir dos contornos da arena internacional de comércio e investimentos, o modelo de inserção produtiva do Brasil precisa ser repensado. O simples aumento da participação das exportações brasileiras não, necessariamente, se traduz em ganhos. O crescente déficit na balança comercial de manufaturados, consequência da perda de participação em mercados consumidores de produtos com alto valor agregado, tem ameaçado o equilíbrio das contas externas do país. Por sua vez, a capacidade de agregação competitiva de valor, em especial em produtos de alto conteúdo tecnológico, é cada vez mais fundamental para um posicionamento da indústria nacional nas cadeias produtivas globais.

Neste sentido, a baixa competitividade da economia brasileira representa um obstáculo para a indústria, quando se trata de negociar acordos que liberalizem seu intercâmbio comercial. No entanto, este fato não deve afastar a possibilidade de entendimentos entre governo e setor privado, pois ambos precisam avançar em uma agenda efetiva de soluções para o conjunto de entraves estruturais, burocráticos e econômicos que dificultam o investimento e o desenvolvimento nacional. Decorre do exposto, a necessidade de apresentar um breve panorama da evolução do comércio na América Latina, no período de 2004 a 2013, e analisar a atuação do Brasil, a fim de contribuir com o debate acerca do processo de interação regional, seus desafios e oportunidades.

⁵ *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP). Para mais informações ver sítio eletrônico da Comissão Europeia. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

⁶ Propriedade intelectual, serviços, barreiras técnicas, sanitárias, fitossanitárias, concorrência, compras governamentais, leis trabalhistas, entre outras.

Economia regional

Entre 2004 e 2013, a economia da América Latina experimentou taxas de crescimento superiores às de países desenvolvidos e esteve associada a um processo acelerado de redução da pobreza. Durante longos períodos, a diminuição da pobreza na região avançou em ritmo muito lento, devido ao baixo crescimento econômico e a elevada e persistente desigualdade de renda. No entanto, nos últimos dez anos, a renda apresentou significativa melhora, sobretudo por meio de políticas públicas focadas na criação de programas sociais e na estabilidade econômica. Ademais, os maiores níveis de escolaridade; o aumento do emprego no setor formal; o maior número de habitantes nas áreas urbanas e a redução do tamanho das famílias foram alguns dos fatores que favoreceram a mobilidade social ascendente na América Latina (FERREIRA et al, 2013).

Contudo, a despeito dos avanços alcançados no período, ainda há a necessidade de grandes e contínuos esforços para aprofundar as políticas públicas que buscam promover e garantir a melhoria das condições socioeconômicas nos países da região. De maneira geral, a América Latina sofre, atualmente, com a desaceleração de suas economias e os governos possuem o desafio de delinear políticas que garantam a consolidação das conquistas sociais em um contexto econômico menos favorável. O crescimento econômico da América Latina e Caribe que, nos anos anteriores ao cenário global recessivo advindo da crise financeira de 2008-2009, mantinha taxas acima da média mundial desacelerou no período entre 2011 e 2013⁷. A variação anual do PIB em base *Purchasing Power Parity* (PPP)⁸ ficou abaixo da taxa mundial (gráfico 1), além de se observar uma tendência decrescente na participação do PIB da América Latina e Caribe na economia global (gráfico 2).

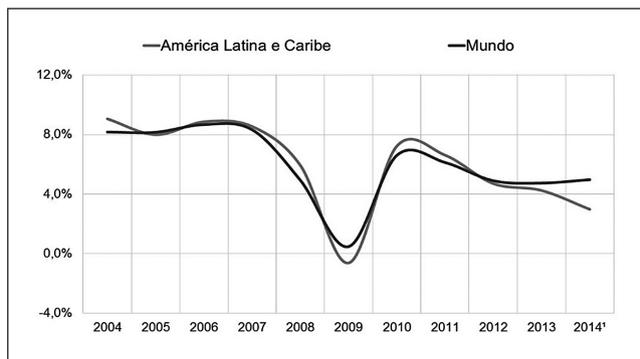
Segundo a avaliação da CEPAL, o menor dinamismo da economia decorreu da recuperação modesta da demanda externa, acompanhada pelo arrefecimento da demanda interna nos países latino-americanos; dos investimentos insuficientes e

⁷ Vale destacar que o crescimento do PIB registrado em 2010 também pode ser explicado, em parte, pela baixa base de comparação do ano anterior.

⁸ *Purchasing Power Parity* (PPP) ou paridade do poder de compra (PPC) entre dois países é a taxa de conversão que garante à moeda de um país o mesmo poder de compra de um volume de bens e serviços em outro país. O PIB PPP é calculado dividindo-se o PIB nominal de um país em sua própria moeda pela taxa de câmbio PPP (INTERNATIONAL MONETARY FUND).

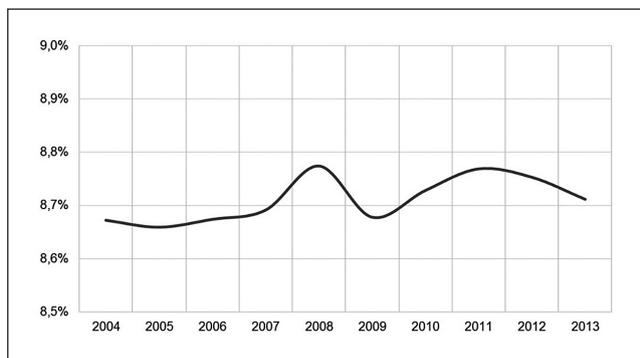
de um espaço limitado para a implementação de políticas que impulsionassem uma retomada.

Gráfico 1 – Variação anual do PIB PPP: Mundo e América Latina e Caribe



Fonte: International Monetary Fund (IMF) / Elaboração dos autores
(¹) Estimativa IMF.

Gráfico 2 – Participação do PIB da América Latina e Caribe no PIB mundial



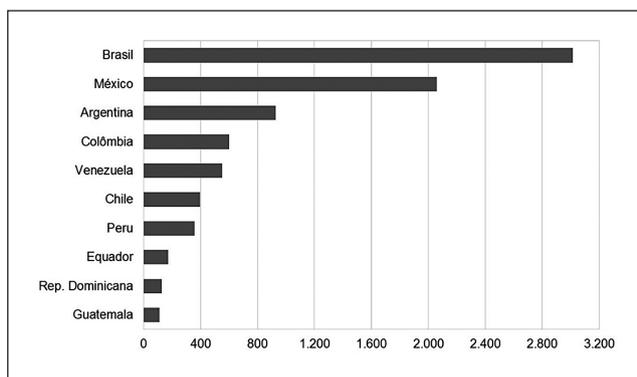
Fonte: IMF / Elaboração dos autores

Brasil e México são as maiores economias da região, representando a maior parcela do PIB da América Latina⁹. Em 2013, o PIB PPP do Brasil alcançou pouco mais US\$ 3,0 trilhões, seguido pelos aproximadamente US\$ 2,1 trilhões da economia mexicana (gráfico 3). Ambos concentraram quase 60% do PIB

⁹ Foram selecionados 20 países a partir da classificação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). O Haiti foi incluído à análise e Cuba retirado por falta de informações estatísticas.

da América Latina e Caribe, o que indica que o desempenho econômico dos países latino-americanos é bastante heterogêneo e o PIB se distribui de maneira bastante assimétrica.

Gráfico 3 – 10 maiores economias da América Latina: PIB PPP – 2013 (US\$ bilhões)



Fonte: IMF / Elaboração dos autores

No entanto, é possível observar dois aspectos da economia da América Latina e Caribe a partir da análise do desempenho da última década: (i) em relação à concentração do PIB, apesar de Brasil e México concentrarem uma parcela expressiva, outras economias, sobretudo na América do Sul, ganharam espaço no PIB da região. Nesse sentido, Argentina, Colômbia, Venezuela, Chile e Peru representam cerca de um terço do PIB, o que significou um acréscimo de 3,4 pontos percentuais em relação a 2004; (ii) embora Brasil e México sejam as maiores economias, em termos relativos, outros países se destacam pelo crescimento do PIB nos últimos anos. O Paraguai, por exemplo, liderou o ranking com a maior variação anual da economia em 2013. Quanto ao crescimento médio, entre 2004 e 2013, Peru e Uruguai apresentaram taxas de expansão de, respectivamente, 8,7% e 7,8% a.a., enquanto Brasil e México registraram 5,6% e 4,5% a.a.

Comércio exterior

Historicamente, os países latino-americanos são importantes parceiros e suas relações se intensificaram a partir do lançamento de iniciativas, cujo objetivo era o incremento da integração

regional. Criada nos anos de 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio¹⁰ (ALALC) significou um importante passo nessa direção. Ela visava aumentar a integração econômica, por meio de uma área de livre comércio. Em 1980, a ALALC evoluiu para o que é atualmente o maior bloco econômico da América Latina: a Associação Latino-Americana de Integração¹¹ (ALADI). Este bloco simbolizou um salto mais ambicioso ao propor a criação de um mercado comum, além de buscar garantir o desenvolvimento econômico e social dos países.

No comércio exterior, as exportações da maior parte dos países se basearam em produtos primários e *commodities*, mais sensíveis à volatilidade dos preços no mercado internacional. Na última década, muitos países se beneficiaram com a alta dos preços de *commodities* agrícolas, metálicas e do petróleo, impulsionada em grande medida pelo crescimento econômico da China. No entanto, a crise internacional, com seu epicentro nos Estados Unidos, espalhando-se a outros países industrializados, afetou o ritmo de crescimento das exportações globais e resgatou o debate a respeito dos fatores que criam sérias dificuldades ao desenvolvimento econômico e à integração social da América Latina.

A corrente de comércio da região¹² cresceu em média 10,6% a.a., impulsionada pelos fluxos comerciais de México, Brasil e Chile. Partiu de um montante de US\$ 797 bilhões em 2004, para quase US\$ 2,0 trilhões em 2013. Neste mesmo ano, tais países concentraram 70% da corrente comercial da região e foram acompanhados pelo desempenho comercial de Argentina, Colômbia e Peru. Em relação à pauta exportadora, houve o predomínio dos produtos primários, ainda que países como Brasil, México, Argentina e Chile se destacassem pela produção de bens industrializados. Esta pauta também se caracterizou por uma baixa diversificação, uma vez que cinco segmentos somaram quase metade das exportações da região. Cerca de 15% das exportações se concentraram em combustíveis minerais, em especial, petróleo em bruto. O setor automotivo teve 11% de participação em grande medida pelo comércio intrarregional,

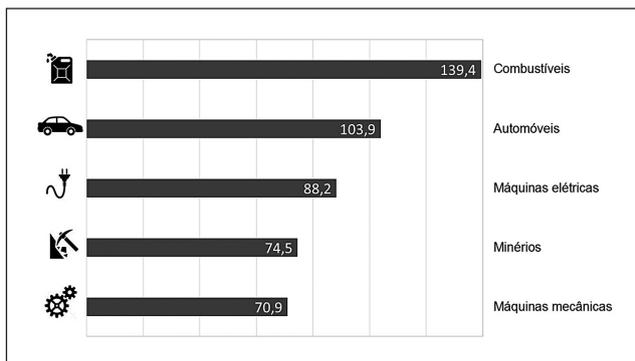
¹⁰ Os países-membros eram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Para mais informações, consultar Araújo (2006).

¹¹ O bloco é composto por treze países-membro: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Para mais informações ver sítio eletrônico da ALADI. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfweb/sitioport/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

¹² Foram selecionados 20 países a partir da classificação do MDIC, o Haiti foi incluído na análise.

enquanto os segmentos de máquinas e suas partes e a mineração somaram 24% (gráfico 4).

Gráfico 4 – Principais produtos de exportação da América Latina – 2013 (US\$ bilhões)



Fonte: UN Comtrade, 2014 / Elaboração dos autores

A região da América Latina e Caribe representa uma oportunidade de mercado para os produtos brasileiros, sobretudo os industrializados, tanto pela proximidade geográfica quanto pelas semelhanças socioeconômicas. Em 2013, de acordo com estatísticas do MDIC, 21,3% das exportações brasileiras foram destinadas para a região, somando uma corrente de comércio de US\$ 90 bilhões. Ao se considerar a referida região, o percentual sobe para 22,1% e o fluxo comercial chega a US\$ 94,3 bilhões.

As transformações na dinâmica do comércio internacional evidenciam a urgência de enfrentar os desafios fundamentais para aumentar quantitativa e qualitativamente a inserção no cenário global. Neste sentido, é fundamental considerar a intensidade das mudanças tecnológicas e a relevância da inovação, uma vez que “[...] o crescimento a longo prazo das exportações depende de maneira significativa do aumento da intensidade tecnológica de seus produtos” (NONNENBERG, 2013). Ademais, o maior peso da China e de outras economias emergentes na economia mundial e, não menos importante, o desafio da mudança climática configuram novas variáveis que precisam ser consideradas nas agendas de política externa dos países latino-americanos.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Na visão do setor privado, os vizinhos do Cone Sul são uma prioridade da política comercial brasileira.¹³ Desde o lançamento do MERCOSUL, em 1991, o fluxo de comércio entre o Brasil e os demais membros do bloco cresceu a uma taxa média de 11% a.a., partindo de US\$ 4,5 bilhões para quase US\$ 44 bilhões, em 2013¹⁴. Foram estabelecidas diversas cadeias produtivas, com base na complementariedade da agregação de valor entre os países do bloco, e também uma pauta de produtos manufaturados. De fato, o Brasil é a maior economia do bloco, representando 72% do PIB, 61% das exportações e 57% das importações do MERCOSUL. Ele é o principal parceiro comercial da Argentina, Paraguai e Uruguai e o quarto maior parceiro da Venezuela. Além de sua representatividade econômica e comercial, o Brasil é o único país que tem fronteiras com todos os membros. Ele possui 71% da população e 67% do território total do bloco e, apesar da complexidade das questões bilaterais que o país enfrenta, há décadas suas relações diplomáticas na região são estáveis e orientadas pela cooperação e promoção da paz.

Na política externa brasileira, o MERCOSUL pode ser um instrumento efetivo de inserção internacional. Para tanto, é necessário superar o crescente ceticismo da opinião pública sobre a capacidade negociadora deste projeto. A manutenção e a ampliação da integração junto às economias da América do Sul se tornaram fundamentais para a integração regional e o aumento da competitividade da indústria, por meio da sua inserção nas cadeias globais de valor.

Sendo assim, é preciso garantir o fortalecimento normativo e institucional do MERCOSUL e reunir esforços para avançar suas principais agendas de negociação. Um exemplo destas agendas são as negociações do acordo comercial entre o bloco e a União Europeia. Desde 2010, quando as negociações foram retomadas oficialmente, ocorreram diversas rodadas birregionais. Atualmente, embora muitas questões complexas já tenham sido resolvidas, nenhum dos textos foi efetivamente concluído, e seguem em aberto temas chave como: (i) cláusula da indústria

¹³ Para mais informações ver sítio eletrônico da FIESP. Propostas de Integração Externa da Indústria. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/propostas-de-integracao-externa-da-industria/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

¹⁴ Valores calculados a partir das estatísticas do MDIC. Em sua formação original, o bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A adesão da Venezuela como membro ocorreu em 2012.

nascente; (ii) indicação geográfica e regras de origem; (iii) drawback; (iv) tarifa de arranque, entre outros.

Aliança do Pacífico

Em 2012, a criação da Aliança do Pacífico, ou seja, do bloco composto por Chile, Colômbia, México e Peru consistiu em uma oportunidade de intensificação do comércio e integração da região. Estes países se destacaram pelo crescimento econômico e pela proposta de inserção internacional via acordos de livre-comércio extrarregionais e políticas de atração de investimentos estrangeiros diretos (IED). Como resultado desta estratégia de inserção, a corrente comercial do bloco se tornou expressiva, ultrapassando a marca de US\$ 1,1 trilhão em 2013.

Nos anos recentes, os países da Aliança investiram em uma ampla rede de acordos extrarregionais, estreitando relações com potências comerciais como Estados Unidos, Japão e União Europeia. A assinatura de acordos desta natureza, por oferecerem maiores condições de acesso aos mercados do que aquelas existentes nos Acordos de Complementação Econômica (ACEs), tende a erodir as preferências tarifárias do Brasil junto a estes países. Em decorrência disso, nota-se uma constante diminuição da participação dos produtos nacionais nos mercados latino-americanos ao longo dos últimos anos. E destaca-se um potencial para intensificar as relações comerciais com estes países, o que se configuraria como um passo importante para assegurar maior integração na região latino-americana¹⁵.

¹⁵ Para mais informações ver sítio eletrônico da FIESP. Propostas de Integração Externa da Indústria. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/propostas-de-integracao-externa-da-industria/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

Tabela 1 – MERCOSUL e Aliança do Pacífico em perspectiva

MERCOSUL	ALIANÇA DO PACÍFICO
Países-membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela	Países-membros: Chile, Colômbia, México e Peru
PIB (2013): US\$ 3,1 trilhões	PIB (2013): US\$ 2,1 trilhões
Crescimento do PIB (2013): ↑ 4,9%	Crescimento do PIB (2013): ↑ 3,8%
População: 295 milhões de habitantes	População: 212 milhões de habitantes
IED (2013): US\$ 81 bilhões	IED (2013): US\$ 53,7 bilhões
Objetivo: conformação de um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos.	Objetivo: conformação de uma área de integração profunda com livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.

Fonte: IMF, MDIC, Alianza del Pacifico, 2014 / Elaboração dos autores

Desafios na região

A estrutura industrial da América Latina ainda é bastante incipiente e sofre os efeitos de ser uma plataforma exportadora de *commodities* e dependente de produtos industrializados. Além disso, a volatilidade dos preços internacionais das *commodities*, as quais concentram maior parcela do comércio, torna a balança comercial dos países mais vulneráveis a alterações no cenário internacional. Neste sentido, a diversificação comercial, para agregar valor às exportações latino-americanas e mitigar os riscos da volatilidade dos preços internacionais, pode ser considerada um desafio para os governos locais em busca do desenvolvimento nacional.

Infraestrutura e logística também são grandes entraves para as relações comerciais da região. Desde 2001, com o estabelecimento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), tem se reconhecido a complexidade do processo sul-americano de integração física. Mais recentemente, com a constituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), o tema ganhou relevância e passou a ser conduzido de maneira mais assertiva, porém, apesar de os esforços realizados, há muito trabalho a ser feito, sobretudo no plano de operacionalização dos projetos¹⁶.

¹⁶ Para mais informações ver sítio eletrônico da FIESP. Agenda de Integração Externa. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

A falta de infraestrutura continua a ser um dos principais entraves à integração produtiva no continente sul-americano. Para o Brasil, em especial, a existência de corredores eficientes de exportação no Oceano Pacífico é um componente estratégico, diante da relevância cada vez maior dos mercados asiáticos para o comércio exterior do país. De acordo com estudo da FIESP¹⁷, as indústrias brasileiras gastam aproximadamente 1% de seu faturamento com despesas logísticas, em decorrência das deficiências em infraestrutura. Além disso, os gargalos logísticos são responsáveis por 1,8% do preço dos produtos industriais, fazendo dos investimentos em infraestrutura na América Latina, em especial na América do Sul, grandes desafios e oportunidades. Para o Brasil também é fundamental que esforços políticos e financeiros se concentrem em projetos de infraestrutura, uma vez que seriam capazes de favorecer uma maior fluidez na circulação de pessoas e mercadorias e serviriam como base para os desenvolvimentos produtivo e tecnológico da região.

Considerações finais

A forma dos países se relacionarem economicamente tem sofrido rápidas transformações. No comércio internacional, novos contornos têm sido traçados e os países que não encontrarem suas próprias formas de se ajustarem ficarão à margem do processo global de produção, em um isolamento prejudicial ao desenvolvimento econômico e social. Na América Latina, o comércio exterior ainda se apresenta como um desafio para os países em desenvolvimento, pois estes ainda se encontram pouco industrializados e vulneráveis às oscilações no cenário internacional. Além disso, a relativa carência de infraestrutura e de alternativas de transporte é um dos fatores que prejudica o desenvolvimento econômico e social da região.

A integração regional pode ser uma via de sucesso para uma maior inserção internacional dos países latino-americanos. Alguns países têm se adiantado a este processo como, por exemplo, aqueles que compõem a Aliança do Pacífico. Desse modo, os acordos de livre-comércio assinados por Chile, Colômbia, Peru e México possuem dispositivos que regulam o comércio de bens,

¹⁷ Para mais informações ver: Carga Extra na Indústria Brasileira Parte 2 – Custos com Logística. FIESP, Departamento de Competitividade e Tecnologia (DECONTEC). Disponível em: <<http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2015/04/c-extra-log.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2014.

serviços, investimentos, compras governamentais, barreiras sanitárias, fitossanitárias e facilitação do comércio, enquanto os ACEs dos quais o Brasil faz parte tratam essencialmente de temas tarifários, e não necessariamente abrangem todo o comércio. A nova dinâmica de regulação do comércio via acordos preferenciais tem ampliado o escopo das regras consolidadas na Organização Mundial do Comércio, e o Brasil com sua reduzida rede de acordos tem ficado à margem dessa dinâmica¹⁸.

Do ponto de vista brasileiro, o MERCOSUL é naturalmente o ponto de partida do debate acerca da integração regional. Por outro lado, os desafios deste processo, sobretudo na esfera política, exigem o aprimoramento da estrutura do bloco, além do comprometimento com a definição de objetivos claros atribuídos ao tema. Na América do Sul, como subsequente extensão da integração brasileira, há o desafio de aliar as agendas econômicas dos países, de forma a garantir uma base sólida para um adensamento das cadeias produtivas.

Neste aspecto, a ampliação da rede de ACEs e dos fluxos de comércio e investimentos pode contribuir para a aproximação dos países da região. Aliado a este contexto, é necessário implantar iniciativas conjuntas relacionadas à agenda de inovação e tecnologia, visando à integração efetiva da região às cadeias globais de valor. Assim, vale ponderar que a integração regional não está dissociada das relações econômicas com países com maior grau de desenvolvimento, uma vez que são fontes de tecnologias, conhecimento científico e inovação.

Por fim, há necessidade de uma guinada substancial da agenda externa regional, com objetivos claros e bem definidos, que considere as prioridades econômicas dos países. No caso brasileiro, a ausência de uma estratégia interna bem definida prejudica a competitividade do comércio exterior e dificulta o processo de inserção internacional. Congregar interesses do governo e do setor produtivo nacional é o desafio dos gestores públicos e do empresariado, a fim de consolidar uma política externa pragmática rumo à integração dos países da América Latina.

¹⁸ Para mais informações ver sítio eletrônico da FIESP. Agenda de Integração Externa. Disponível em: < <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

JÚNIOR, J. L. P.; BILBAO, L. G. Trade and regional integration: a brief analysis of Latin America (2004-2013). *Perspectivas*, São Paulo, v. 50, p. 157-172, jul./dez. 2017.

■ **ABSTRACT:** *In the 2000s, the countries of Latin America experienced a period of economic growth, associated with a process of important social transformations in the quest for poverty reduction. In this context, the foreign trade was one of the factors that contributed to the growth of the region. In view of the above, it is intended to assess the trade flows and their composition in the period from 2004 to 2013. In general, the foreign trade of Latin American countries is characterized by the supply of primary goods and consumption of products with greater technological content. On the one hand, the trade performance was strongly benefited by increased commodity prices and, on the other, evidences the sensitivity to international events. Therefore, the changes of the international context, mainly after the 2008-2009 financial crisis, challenges the Latin American governments to formulate effective policies that ensure economic growth, as well as the social advances achieved in the last decade.*

■ **KEYWORDS:** *Latin America. Foreign trade. Public policies.*

Referências

ALIANZA DEL PACÍFICO. *Acuerdo Marco* (2012). Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/2014/Acuerdo_Comercial.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ARAÚJO, L. R. de. *Associação Latino-americana de Integração (ALADI)*. In: MERCADANTE, A. de A.; CELLI JUNIOR, U.; ARAÚJO, L. R. de (Coord.). *Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006.

CEPAL. *Integração regional: por uma estratégia de cadeias de valor inclusivas*. Santiago do Chile, 2014a. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/52743/Integracaoregional.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. *La Alianza del Pacífico y el MERCOSUR. Hacia la convergencia en la diversidade*. Santiago do Chile, 2014b. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/>

11362/37304/S1420838_es.pdf;jsessionid=397081FFD49C6EB38FCCDE9F6B3D11F9?sequence=1>. Acesso em: 21 nov. 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Agenda de Integração Externa*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. *Carga Extra na Indústria Brasileira Parte 2 – Custos com Logística*. São Paulo, 2012. Departamento de Competitividade e Tecnologia (DECONTEC). Disponível em: <<http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2015/04/c-extra-log.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2014.

_____. *Propostas de Integração Externa da Indústria*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

FERREIRA, F. H. G. et al. *Mobilidade econômica e ascensão da classe média Latino-Americana*. World Bank. Washington, DC, 2013. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/LACEXT/Resources/MiddClass_portugues.pdf>. Acesso: em 02 dez. 2014

I.I.R.S.A. Iniciativa para la integración de la infraestructura regional Suramericana. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World Economic Outlook Database*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

MAIR, V. H. *How a misunderstanding about Chinese characters has led many astray*. University of Pennsylvania. Philadelphia, 2009. Disponível em: <<http://pinyin.info/chinese/crisis.html>>. Acesso em 28 nov. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC). *Intercâmbio comercial brasileiro: países e blocos econômicos*. Disponível em: <<http://mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. *Tratado de Assunção* (1991). Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

NONNENBERG, M. J. B. Exportações e inovação: uma análise para América Latina e Sul-Sudeste da Ásia. *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 1 (130), p. 120-145, jan./mar 2013.

UNITED NATIONS. *United Nations Commodity Trade Statistics Database* (UN Comtrade). Disponível em: <<http://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

Bibliografia consultada

CELLI JUNIOR, U. Teoria Geral da Integração: em busca de um modelo alternativo. In: MERCADANTE, A. de A.; CELLI JUNIOR, U.; ARAÚJO, L. R. de (Coord.). *Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006.

MENEZES, W. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). In: MERCADANTE, A. de A.; CELLI JUNIOR, U.; ARAÚJO, L. R. de (Coord.). *Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006.